

1

1 **Data: 28 de setembro de 2022**

2 **Horário: 13h às 17h**

3 **Local: Auditório do Hotel Caravelle – Rua Cruz Machado, 282, Curitiba/PR**

4 **Conselheiros membros – Gestão Fev2020/Fev2024**

	Nome		Condição	Órgãos, Entidades e Instituições.
Gestores				
1	Nestor Werner Junior	Ausente	Titular	FUNSAUDE
	Maria Goretti David Lopes	Ausente	Suplente	FUNSAUDE
2	Nathalia da Silveira Derengowski	Ausente	Titular	Ministério da Saúde
	Benedito German Crespo Garcia	Ausente	Suplente	Ministério da Saúde
3	Cesar Augusto Neves Luiz	Ausente	Titular	SESA
	José Carlos Silva de Abreu	Presente	Suplente	SESA
Prestadores de Serviços				
4	Daniela Aparecida Gregório França Cavalcante	Presente	Titular	ACISPAR
	Aquiles Takeda Filho	Justificativa	Suplente	ACISPAR
5	Diones Lupércio Monteiro	Presente	Titular	CEGEN
	Mara Rossival Fernandes	Justificativa	Suplente	HCL
6	Heracles Alencar Arrais	Ausente	Titular	FEMIPA
	Rosita Marcia Wilner	Presente	Suplente	FEMIPA
7	Rangel da Silva	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Presente	Suplente	FEHOSPAR
8	Vivian Biazon El Reda Feijó	Justificativa	Titular	UEL
	Meire Aparecida Taldivo Mafra	Presente	Suplente	UEL
9	Daniela Alvares da Silva Matsumoto	Ausente	Titular	UEM
	Solange Cardoso Martins	Presente	Suplente	UEM
Profissionais de Saúde				
10	João Maria de Oliveira Lima	Presente	Titular	ASSEF
	Roselia dos Santos Bressan	Justificativa	Suplente	ASSEF
11	Nilson Hideki Nishida	Presente	Titular	CRF
	Fabio Stahlschmidt	Presente	Suplente	CRF
12	Fernando Cesar Iwamoto Marcucci	Presente	Titular	CREFITO-8
	João Eduardo de Azevedo Vieira	Presente	Suplente	CREFITO-8
13	Silvia Regina Nishiyama Sucupira	Presente	Titular	CREF9
	Silvana Maria dos Santos	Justificativa	Suplente	CRN-8
14	Mariângela de Assis Gomes Fortes	Justificativa	Titular	ABO
	Christine Paschenda Pereira Pinto	Presente	Suplente	CRO
15	Mauricio Marinho Iwai	Ausente	Titular	CRP
	Angela Aline Haiduk Rosa	Ausente	Suplente	CRP
16	Elves Vieira Rocha	Presente	Titular	ABEN
	Sueli Preidum de Almeida Coutinho	Justificativa	Suplente	CRESS
17	Eliel Joaquim dos Santos	Presente	Titular	SINDPREVS
	Osmar Batista	Justificativa	Suplente	SINDPREVS

2

18	Olga Estefania Duarte Gomes Pereira	Presente	Titular	SindSaude
	Ana Cristina de Carvalho Brito	Justificativa	Suplente	SindSaude
	Usuários			
19	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Rachel Maciel Romaniv	Justificativa	Suplente	ANEPS
20	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Marines Boff Gerhardt	Justificativa	Suplente	ASSEMPA
21	Maria Elvira de Araujo	Presente	Titular	ASSEMPA
	Andréia Baltazar Dias	Justificativa	Suplente	DEFIPAR
22	Irene Rodrigues da Silva	Presente	Titular	CUT
	Caroline Recalcatti	Justificativa	Suplente	CUT
23	Marcos Aparecido Soares	Presente	Titular	CONAM
	Acir Ribeiro Queiroz	Justificativa	Suplente	CONAM
24	Joarez Camargo	Presente	Titular	FAMOPAR
	Aparecido Rubio de Araujo	Justificativa	Suplente	FAMOPAR
25	Amaury Cesar Alexandrino	Justificativa	Titular	DEFIPAR
	Palmira Aparecida Soares Rangel	Presente	Suplente	DEFIPAR
26	Núncio Mannala	Ausente	Titular	Força Sindical
	Luiz Carlos de Oliveira	Ausente	Suplente	Força Sindical
27	Anderson Teixeira	Justificativa	Titular	Força Sindical
	Rodrigo Alves	Presente	Suplente	Mops
28	Ivone da Silva Rodrigues	Presente	Titular	Fórum ONG/AIDS
	Silmara da Conceição Ribas	Presente	Suplente	Fórum ONG/AIDS
29	Livaldo Bento	Presente	Titular	MOPS
	Antonio Barrichello	Justificativa	Suplente	MOPS
30	Clarice Siqueira dos Santos	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Ávila Maria Garret Savi de Andrade	Justificativa	Suplente	Pastoral da Criança
31	Maria Cristina Galacho de Souza	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Marcia Beghini Zambrim	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
32	Teresa Gonçalves Moreschi	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Edvaldo Viana	Justificativa	Suplente	FAMOPAR
33	Cibelle Santos de Oliveira	Presente	Titular	Rede Mulheres Negras
	Ivanete Paulino Xavier	Justificativa	Suplente	Rede Mulheres Negras
34	Maria Benvinda de Almeida	Presente	Titular	SINDEPOSPETRO
	Adriano Abdo	Justificativa	Suplente	SINDEPOSPETRO
35	Santo Batista de Aquino	Presente	Titular	SINDNAPI
	Manoel Rodrigues do Amaral	Justificativa	Suplente	SINDNAPI
36	Antonio Vieira Martins	Ausente	Titular	UGT
	Angelo Barreiros	Presente	Suplente	UGT

5

6

7

1. Expediente Interno
2. Ordem do Dia

2.1.1 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática
Encaminhamentos Mesa Diretora:
Justificativas e substituições
Pauta Única: Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2023.

3. Informes

3.1 Informes Gerais.

10 **(F0) Rangel (Fehospar)** Bom, agradecer a todo pelo trabalho no período da manhã, a Mesa pela
11 condução, todos os membros da Mesa, pedir desculpa pelo atraso e vou pedir só pro Mauricio então;
12 Mauricio, por favor, conferir o quorum. **Mauricio (Secretaria Executiva)** Boa tarde, conselheiros,
13 conselheiras. Por gentileza, mantenham seus crachás erguidos para contagem de quorum. Vinte e
14 seis, quorum adequado. **Rangel (Fehospar)** Vinte e seis, quorum adequado. Mauricio, a justificativa,
15 por favor. Ta, entendi. Então, conselheiras e conselheiros. Pessoal, vamo lá? Então, só vou anunciar
16 a pauta da terceira reunião extraordinária do Conselho Estadual de Saúde, caráter presencial.
17 Assuntos para deliberação e discussão temática. Encaminhamentos da Mesa Diretora. Justificativas
18 e substituições. Pauta única, projeto de lei orçamentária anual, Ploa, dois mil e vinte e três. Mauricio,
19 justificativa, por favor. **Mauricio (Secretaria Executiva)** Boa tarde, conselheiros, conselheiras.
20 Então, informando as justificativas para esta terceira reunião extraordinária. Angela Haiduk; Antonio
21 Vieira Martins; Amaury Cesar Alexandrino; Mariangela de Assis Gomes Fortes; Mauricio Marinho
22 Iwai e, Viviane El Reda Feijó, correto? São essas as justificativas para esta reunião. **Rangel**
23 **(Fehospar)** Obrigado, Mauricio. Eu vou pedir para o conselheiro Fernando, do Crefito. Boa tarde,
24 Fernando, tudo bem? Pra você. Isso. Acho que já foi feito sua apresentação no período da manhã,
25 mas se puder agora no período da tarde, agradeço. **Fernando (Crefito8)** Boa tarde. Então,
26 novamente me apresento. Sou Fernando Marcucci, sou fisioterapeuta, to aqui representando o
27 Crefito junto com o doutor Eduardo e sou de Londrina. **Rangel (Fehospar)** Obrigado, Fernando.
28 Pedir para o Rodrigo também, do Mops. Ô Rodrigo, tudo bem? Seja bem vindo. Seja bem vindo,
29 Fernando. **Rodrigo (Mops)** Boa tarde. Sou de Londrina. Estou aqui como suplente da entidade
30 Mops. **Rangel (Fehospar)** Obrigado, Rodrigo. Sejam então bem vindos à nossa casa. Conte com
31 todos aí, os conselheiros, no que for preciso e com a Mesa também, tá Fernando e Rodrigo, beleza?
32 Bom te ver aqui. Então, vamos dar continuidade à nossa reunião, terceira reunião extraordinária,
33 com a pauta única projeto de lei orçamentária anual, Ploa, dois mil e vinte e três. Na última reunião
34 plenária foi deliberado essa reunião para apresentarmos sugestões para o projeto de lei pra ser
35 encaminhado a Alep. Nós temos a presença aqui da Raquel Barrichelo da Sefa. Ela não vai fazer
36 apresentação, essa apresentação já foi feita na última comissões, na reunião, então. Obrigado.
37 Clarear a vida é sempre bom. Então, ela está aqui á disposição para tirar dúvidas e acolher
38 sugestões. Então eu vou abrir a palavra, as inscrições para os conselheiros que tenham algo a
39 contribuir. Nós temos o tempo aí até as dezessete horas, mas a Raquel precisa sair às quinze e
40 trinta, então, qualquer situação que tenha que tirar dúvida, que é da presença da Raquel, teria que
41 fazer antes. Ta ok? Temos duas horinhas então. Está aberto as inscrições. Conselheiras e
42 conselheiros, algum inscrito? Bom, se ninguém está inscrito, acho que podemos então dar
43 andamento na questão. Agradecer a presença da Raquel. Pessoal, eu preciso que vocês se
44 atentam. **Olga (Sindsaude)** Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que nós não recebemos nenhum
45 documento da; nós estamos discutindo a Ploa, não é isso? **Rangel (Fehospar)** Isso mesmo. **Olga**
46 **(Sindsaude)** Então, nós não recebemos esse documento. Então assim, nós estamos aguardando,
47 entendemos que como não foi encaminhado, nós estamos aguardando a apresentação pra que a
48 gente possa fazer a discussão. Então assim, nós inclusive ligamos pra Secretaria pra saber se esse
49 projeto viria pra gente poder fazer a discussão. É essa a questão que eu to colocando, então eu
50 gostaria que fosse feita a apresentação, não sei se a Secretaria da Fazenda que vai fazer, se a

4

51 Secretaria da Saúde, pra que a gente possa fazer a discussão a partir dessa apresentação. **Rangel**
52 **(Fehospar)** Bom, eu to conversando com o Mauricio aqui e nós estamos lembrando o que nós
53 discutimos na última reunião. Então o que foi pedido? Foi pedido essa reunião extraordinária para o
54 Conselho fazer as proposições para encaminhamento para a Ploa, mas não foi pedido pra ser
55 encaminhado documento para os conselheiros, até porque já tinha sido apresentado nas comissões,
56 entendeu? Então, e daí em cima daquela apresentação os conselheiros iam fazer as suas
57 considerações. **Olga (Sindsaude)** Não, me desculpe Mesa, mas não foi. O que foi apresentado foi
58 uma preliminar, o documento não estava pronto, nós fizemos uma discussão na comissão de
59 orçamento, inclusive foi dito exatamente isso, documento não está pronto para apresentação porque
60 o prazo pra apresentação é de trinta de setembro. Nós inclusive fizemos essa discussão de datas no
61 Pleno do Conselho **Rangel (Fehospar)** Não, tudo bem, isso foi feito mesmo **Olga (Sindsaude)** que
62 daria tempo pra fazer discussão. Então o que nós precisamos é que o governo nos apresente qual é
63 o projeto que ele vai levar pra Assembleia Legislativa no dia trinta. E, o documento que veio foi uma
64 discussão preliminar, não veio todo documento completo. Então Mauricio, me desculpe, mas não é
65 uma questão da Secretaria Executiva, é uma questão do governo, que ele tem que encaminhar o
66 projeto pra que nós possamos fazer avaliação. Se o governo não encaminhou, nós entendemos que
67 ele vai apresentar agora. É essa a nossa expectativa. **Rangel (Fehospar)** Esse projeto de lei, dia
68 dezoito de agosto foi encaminhado para os conselheiros, foi até anterior à apresentação do mês
69 passado. Então, na verdade, o documento já estava de conhecimento e de posse dos conselheiros
70 pelo e-mail do dia dezoito de agosto. Conselheiro Nilson veio me apresentar aqui. E, foi
71 apresentado nas comissões de agosto. Então, entendemos que foram todos contemplados na
72 questão. Então eu gostaria que se tem algum conselheiro, instituição, conselheiro que gostaria de
73 apresentar algo, que colabore com a LOA, por favor. **Olga (Sindsaude)** Estou solicitando que o
74 Governo do Estado apresente o projeto da lei orçamentária anual pra que a gente possa fazer a
75 discussão em cima do projeto, o que veio foi um documento preliminar, é isso. **Rangel (Fehospar)**
76 Raquel, gostaria de ter a palavra? Por favor, vou pedir pra você se identificar, tá bom? **Raquel**
77 **Barrichello (Sefa)** A Ploa já foi inclusive até apresentada na Alep, teve agora no dia vinte e três de
78 setembro, foi apresentado, já tá o projeto de lei lá. Apresentação acho que foi feita pelo Rafael
79 Deslandes, não teve muita alteração, todas as, o que foi apresentado aqui é o mesmo material que
80 foi apresentado pra Alep no dia vinte e três. Não teve mais nenhuma alteração. O material acho que
81 até veio, a Sandra deve ter encaminhado pra todos os conselheiros, que é o mesmo material que
82 nós apresentamos pra ela, só fez algumas considerações que é conforme a gestão do próprio
83 Funsau de e não foi nos avisado ou pedido pra fazer alguma apresentação específica pra hoje.
84 **Rangel (Fehospar)** Raquel, só pra deixar claro. Então, o que foi apresentado na Alep foi o mesmo
85 que foi apresentado aqui sem nenhuma alteração. Então entende-se que era um projeto pronto e
86 esse projeto é o mesmo que foi encaminhado para os conselheiros dia dezoito de agosto. **Raquel**
87 **(Sefa)** Correto. Se for o caso, eu peço pra encaminharem o mesmo que está lá que foi pra
88 apreciação, mesmo material pra apresentar novamente pra vocês. O teto não mudou, o teto de
89 gastos continua o mesmo, não sei se tem alguém do orçamento aqui da Sesa que possa confirmar
90 esses dados, mas nós não tivemos, todas as considerações foram feitas antes da apresentação.
91 **Rangel (Fehospar)** Acho que poderia fazer a gentileza de encaminhar novamente, só para os
92 conselheiros terem a noção de que não teve nada de divergente aí do que foi apresentado aqui e o
93 que foi apresentado na Alep. Obrigado, Raquel. Mais alguma consideração? **Cid Cordeiro**
94 **(Sindsaude)** Sou economista, assessor aqui do Sindsaude. Então, o que nós tivemos de
95 apresentação, que tá aqui inclusive, a gente tá tendo acesso, primeiro que era uma prévia. E, ficou
96 de ser apresentado aqui hoje o que foi enviado. Mas se foi enviado a mesma apresentação que teve,
97 mesmo assim deveria ser apresentado aqui brevemente, até porque nós levantamos na discussão
98 anterior uma série de questionamentos. E, imaginávamos que esse debate continuaria nesse
99 momento. Inclusive, de manhã, que a Olga levantou algumas questões, a gente imaginava que com

5

100 a apresentação da LOA nós voltaríamos a trabalhar isto. Então por exemplo, tivemos uma
101 suplementação orçamentária de trezentos e poucos milhões. Agora na verdade o seguinte, essa
102 suplementação nada mais é do que uma subestimação que teve da receita da LOA dois mil e vinte e
103 dois que nós já apontávamos lá nas reuniões de dois mil e vinte e um. E mesmo com essa
104 suplementação de trezentos milhões, o Funsau de tá atrasado em quinhentos milhões pra atingir o
105 índice, proporcional aos oito meses. Então é isto, a gente colocou na apresentação da LOA dois mil
106 e vinte e três que os mesmos problemas que nós tivemos na LOA dois mil e vinte e um, LOA dois mil
107 e vinte e dois, tá se repetindo na LOA dois mil e vinte e três, que é a subestimação da receita e o
108 que vai ter? Vai ter que a execução do orçamento da Sesa fica prejudicado na execução de políticas
109 públicas e aquilo que a gente sempre falou, o que ocorre hoje, gente? Na verdade há uma mudança
110 estrutural do financiamento da saúde e que, não sei se a Sesa tem essa leitura, mas que a Sesa
111 acha que não tem, talvez, mas que é o seguinte, nós estamos tendo receitas adicionais, nós tivemos
112 o desembarque do atendimento não universal, nós estamos tendo redução do gasto com Covid e
113 nós vamos ter os aportes do TAC, do que não foi pago anteriormente, então se não tiver essa
114 avaliação, vai estar gastando mal o dinheiro da Saúde, vai estar gastando pra cumprir tabela e não
115 pra se praticar política pública de qualidade na saúde. Então essa é a questão maior, esse contexto
116 todo aí e que daí leva nessa situação, os técnicos da Sesa todo mês lá pedindo penico pra Sesa pra
117 liberar orçamento e no final do ano tem que criar despesas, como nós já apontamos aqui de manhã,
118 já estamos apontando em vários anos aí. Então, essa discussão teria que acontecer hoje e nós
119 estávamos contando que iria acontecer hoje. Obrigado. **José Abreu (Sesa)** Assim, pra dar um
120 sentido pra essa nossa reunião aqui, eu acho que é importante a gente, assim, aclarar alguns fatos.
121 Inicialmente e acho que a Raquel Barrichello que está aqui pode nos apoiar nisso aí; a Sandra
122 colocou de forma clara que ela fez um processo de orçamentação da Secretaria de Saúde através
123 da proposta a ser inserido no projeto de lei orçamentária, que seguiu diretrizes gerais da Secretaria
124 da Fazenda, com os valores, com o crescimento em relação ao ano anterior e etc. Isso, o colega
125 nosso da Secretaria da Fazenda que veio aqui, ele foi questionado em relação a alguns aspectos
126 que o Cid acaba de citar, por exemplo, qual é a previsão efetiva da receita, que não houvesse
127 subestimação e que a gente pudesse trabalhar um orçamento muito mais próximo da realidade. O
128 que foi dito pelo nosso colega da Secretaria da Fazenda? De que as projeções que eles trabalham
129 da receita do Estado eram dependente da receita estadual e não necessariamente da Secretaria da
130 Fazenda e que certos aspectos ele não conseguiu deixar claro pra nós porque são critérios e
131 projeção de receita que é dado pela receita estadual e acho que nessa reunião de hoje ficou
132 entendido talvez que algum representante da receita estadual pudesse estar presente, salvo eu estar
133 enganado, parece que essa era uma das questões e aí, Olga, me ajude que eu acho que eu to
134 confundindo um pouco do plenário com a comissão, com aquilo que foi definido na comissão **Rangel**
135 **(Fehospar)** Isso mesmo. Hoje era realmente só Ploa e Sesa. **Jose Abreu (Sesa)** Então nós vamos
136 no aspecto da comissão de orçamento e finanças, nós definimos em colocar essa questão do
137 orçamento como uma pauta permanente que obviamente que já foi citado aqui algumas questões
138 que deverão vir como por exemplo, está em negociação pela Secretaria de Saúde junto com a PGE
139 critérios de cumprimento de aporte de recurso adicional decorrente das despesas desembarcadas,
140 que resultam naqueles valores globais de dezoito bilhões e que na verdade isso, conforme a lei um
141 quatro um, quando houver a definição desses valores, terá que ser constituído a parte um
142 acompanhamento pra execução da recomposição desses valores, então isso ainda está em
143 discussão, salvo ter alguma notícia mais recente, mas a última informação da diretoria geral é de que
144 não há uma definição da recomposição desses valores de um bilhão e oitocentos milhões, que tá
145 sendo discutido, então, talvez Raquel, você possa até complementar. Então, eu acho que nós
146 acabamos confundindo um pouco as atribuições da própria comissão com aquilo que se coloca no
147 plenário. Em relação ao plenário, aqui, hoje, ficou assim, de que a gente pudesse esclarecer alguns
148 pontos da proposta que nós encaminhamos, que já foi encaminhado. Um deles estaria relacionado

149 com os recursos de um novo projeto atividade que é fruto do empréstimo junto ao Banco Mundial,
150 que foi aberto uma rubrica nova de despesa comportando esses valores num projeto atividade, do
151 valor do empréstimo do Banco Mundial que foi questionado aqui, foi levantado na comissão de
152 orçamento de que precisavam uma discussão mais aprofundada sobre esse tema. Então eu acho
153 que são essas situações que foram discutidas e acho que pra dar encaminhamento, presidente,
154 poderia Raquel esclarecer alguma dessas questões desse trâmite no sentido de até o dia trinta ser
155 entregue pelo governo a proposta de lei orçamentária e como é que a gente pode na sequência
156 ainda discutir esse processo, se é que é possível. **Raquel (Sefa)** Então vamos lá. O projeto de lei
157 orçamentária tem início geralmente, nós começamos a trabalhar com ele em julho. Pra gente
158 começar a trabalhar com os tetos em julho, a receita do Estado nos passa uma programação, uma
159 estimativa de quanto o governo irá arrecadar, quanto o Estado irá arrecadar no próximo exercício.
160 Então veja, a gente já começa com uma estimativa lá na LDO de abril, que a gente já faz uma
161 estimativa, quando a gente vem pra Ploa a gente já tem uma outra expectativa de receita e é em
162 cima dessa expectativa de receita que nós montamos a Ploa. Toda receita é distribuída em todos os
163 órgãos, com exceção que aí é educação que tem uma vinculação e a Sesa que tem a vinculação e
164 Ciência e Tecnologia, então tirando isso o restante que a gente tem é atribuído entre poderes, que
165 também tem as suas vinculações e a diferença dos demais órgãos. Então quando é feito lá em julho
166 a gente tem a expectativa e a própria Secretaria e eu sempre to em conversa com o departamento
167 orçamentário e os demais, até mesmo com o Mario, a gente sempre tá nessa preocupação de como
168 será executado, porque a gente vai acompanhando, que nem esse ano eu to acompanhando a
169 execução, então eu to vendo onde a Sesa tá aportando os seus recursos, quando foi me falado que
170 sempre tem e agora nós temos uma expectativa de quinhentos milhões, ok, mas quem iria saber isso
171 lá em fevereiro que teria quinhentos milhões? *(falas fora do microfone)* Mas Cid, como você vai ter
172 uma expectativa de ICMS **Rangel (Fehospar)** Cid. Só um minutinho. Primeiro, a Raquel tá com a
173 palavra e eu gostaria muito que respeitasse. Pede a palavra, depois a gente abre mas temos até
174 cinco horas aqui pra conversar, tá bom Cid? Obrigado. **Raquel (Sefa)** E, ok, se vocês tem isso,
175 vocês passa lá pra Receita, não é nós do orçamento. É lá, você vai lá na Receita e fala, olha ano
176 que vem vai dar quinhentos milhões aqui a mais de receita pode incluir. Se você tiver essa certeza, a
177 gente vai e a gente nunca deixou de aportar todas as receitas, nós fomos sim, nós somos
178 conservadores porque assim como a receita pode subir, como já houve anos que a gente teve que
179 aportar muito mais que os doze por cento e nunca foi questionado, ah vocês colocaram quatrocentos
180 milhões a mais aqui dos doze por cento, alguém veio falar olha que bom que tem quatrocentos
181 milhões? Não. Não fizemos mais que a obrigação. Ok. Então, quando a gente a fala que tem um
182 valor a mais, a gente trabalha sempre com a expectativa. Já foi solicitado pro Funsau de o
183 levantamento que a gente precisa colocar o valor lá quanto antes. A gente depende também do
184 próprio Funsau de encaminhar pra Sefa as necessidades. Se não encaminhou as necessidades, nós
185 não temos como aportar. Eu to conversando, já vai fazer acho que mais de quinze dias, olha a gente
186 tem, precisa colocar pelo menos trezentos milhões a mais pra poder cumprir o índice desse anos,
187 precisamos colocar. Veio pra mim ontem. Ontem, sexta. Que veio pra mim um valor e não veio no
188 valor que eu pedi. Então não é a Sefa, a Sefa está com o valor pra aportar, mas a gente precisa
189 também da colaboração da Sesa pra encaminhar as necessidades pra que a gente possa se
190 programar. Pra dois mil e vinte e três, que esse que é o assunto, não é dois mil e vinte e dois, o
191 assunto é dois mil e vinte e três, todas as atividades e toda a gestão foi passado, eu não tava na
192 apresentação, eu não sei como a Sandra apresentou, mas eu tenho certeza que ela trabalhou em
193 cima do teto que foi dado e distribuído em todas as atividades. Então eu preciso que vocês me
194 digam qual é a dúvida que vocês tem da Ploa pra que possa tentar resolver, senão eu não tenho
195 como trabalhar na gestão dos recursos aonde vocês estão aportando, aonde será aportado. Eu
196 preciso resolver os problemas que podem influenciar na Ploa, seja ela uma despesa, seja ela uma
197 receita, é isso que eu preciso levar pra poder esclarecer pra vocês. **Rangel (Fehospar)** Só um

198 pouquinho. **(F1)** Podemos fazer. O Mario gostaria de fazer uma leitura do que foi, da relatoria. Acho
199 que seria importante, que pode aí contemplar ou complementar ou tirar alguma dúvida. Só vou abrir
200 pro Mario aqui, depois abro pra você. **Mario (FES/Sesa)** Boa tarde a todos. Eu gostaria de fazer um
201 breve relato aqui da relatoria da comissão do mês passado de orçamento, são quatro, cinco linhas
202 aqui, demonstrando como foi feita a apresentação do orçamento para dois mil e vinte e três. Na
203 sequência a senhora Sandra Regina Miguel do grupo orçamentário financeiro setorial fez
204 apresentação dos valores do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde para dois mil e vinte e
205 três, apresentou detalhadamente os valores do orçamento de todas as fontes, de todos projetos
206 atividades pra dois mil e vinte e três, fazendo comparativo com os valores do orçamento dois mil e
207 vinte e dois, finalizada apresentação abriu-se os questionamentos. É isso que está na relatoria do
208 mês passado. **Elves (Aben)** Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de fazer uma pergunta. Em
209 relação à demanda que a enfermagem tá aguardando uma decisão do Supremo em relação se o
210 piso salarial, o que você pode estar nos esclarecendo a questão da entrada aí do recurso e o aporte
211 ali. Se tiver daí uma fonte daí, qual que explicação daí do piso salarial? **Rangel (Fehospar)** O Mario
212 vai tentar responder. **Mario (FES/Sesa)** Vou tentar responder dentro daquilo tecnicamente eu posso
213 colaborar com essa reunião. Salário dos enfermeiros, como é ação serviço público de saúde, tá
214 ligado diretamente à aplicação do índice. O salário de todos nós aqui, que fazemos parte da Sesa,
215 todos os técnicos, o pessoal que tá na linha de frente, médicos, enfermeiras, todo pessoal envolvido
216 na ação serviço público de saúde computa nos doze por cento. Então acredito que havendo esse
217 adicional autorizado pelo STF, que está parado por enquanto que se determinado uma fonte de
218 recurso, ele é englobado no elemento trinta e um noventa e trinta e um noventa e um, que é
219 especificamente folha e encargo sociais. Então é bem provável, provável não, é certo, tendo
220 autorização de onde vier o recurso e como é um pessoal que trabalha diretamente com saúde e tem
221 que entrar nos doze por cento, vai entrar nesses dois elementos de despesa, trinta e um noventa e
222 trinta e um noventa e um, com aporte ou o acréscimo de orçamento, que seja feito em relação a
223 essa diferença que tem que ser paga pelo Estado. Isso que eu posso tentar colaborar aqui com
224 vocês nesse momento. **Elves (Aben)** Existe daí uma estimativa perante o Estado, se for aprovado
225 daí do custo pro Estado? Ou não? **Mario (FES/Sesa)** Isso aqui, pessoalmente, particularmente, eu
226 não sei. Não sei o quanto que vai dar de diferença, não chegou esses valores até nós, acho que nem
227 na diretoria chegou ainda, né Abreu? Com relação a quanto vai ser a mais com relação ao teto, piso
228 do pessoal da enfermagem. **José Abreu (Sesa)** Nesse sentido, tanto o Conass quanto o Conasems,
229 que são os órgãos que representam os secretários municipais e estaduais e mesmo as entidades
230 que representam o setor privado, elas fizeram um alerta grande ao Governo Federal, que sancionou
231 essa lei que reconhece o justo piso salarial dos enfermeiros, alertando pro impacto que teria sobre o
232 SUS. E, a posição do Conass, segundo nos informou o Secretário, é de que na medida que o
233 financiamento seria tripartite, uma medida com esse impacto muito grande, deveria ter a necessária
234 contrapartida do Governo Federal através de recursos da fonte dois cinco cinco, quer seja ampliando
235 o valor dos procedimentos da tabela básica, que contempla os serviços profissionais, quer no
236 repasse de recurso aos estados e municípios para o apoio no sentido de dar cumprimento a essa
237 definição legal do novo piso salarial. Então, é um processo que ainda está em negociação, acredito
238 que isso voltará na sequência a ser discutido e é uma resposta que a gente não tem neste momento,
239 do ponto de vista objetivo. É claro que se hoje tiver uma imposição de lei que obrigue a dar
240 cumprimento a esse piso, ele será feito dentro do teto, né Raquel? Acredito, dentro do limite
241 orçamentário estabelecido pelo governo do Estado. Então alguma ação deixará de existir,
242 seguramente para poder dar cumprimento a isso e isso obviamente que será motivo de discussão
243 aqui no Conselho Estadual de Saúde, futuramente. **Raquel (Sesa)** Ta certo, Abreu, porque a gente
244 dá o limite, todas as ações que são incluídas, seja ela de ordem pessoal ou de ordem de custeio,
245 investimento, ela tem que estar dentro do teto. Então se for aprovado o teto ou qualquer aumento
246 salarial ou mesmo quando tem abertura de concurso, ela tem que estar dentro do teto. Salvo

247 exceções quando a gente, sempre trabalha com as suplementações e os ajustes de receita também.
248 Ah, não, tudo isso é dois mil e vinte e três. Dois mil e vinte e dois não tem nenhuma previsão, tá?
249 **João Eduardo (Crefito8)** Na fala da senhora, não ficou claro pra mim, eu fiquei em dúvida. A
250 senhora comentou numa das falas que, não sei se a senhora tava falando de dois mil e vinte e dois
251 ou de dois mil e vinte e três, que a Sefa está no aguardo de informações da Sesa pra poder fazer o
252 **Raquel (Sefa)** Dois mil e vinte e dois, eu tava falando. **João Eduardo (Crefito8)** Ah, de dois mil e
253 vinte e dois. E o que seriam esse aguardo de informações, quais informações a Sefa está
254 aguardando a Sesa se pronunciar? **Raquel (Sefa)** Aonde nós vamos aportar os recursos. Eu posso
255 aportar em qualquer lugar, eu posso jogar lá no administrativo, mas daqui a uma semana não, esse
256 recurso aqui não vai pro administrativo, vai pra gestão hospitalar. Então para evitar decretos
257 desnecessários, a gente aguarda sempre que alocação seja feita de forma já aonde vai ser
258 executada, evitando assim os ajustes orçamentários que a gente chama e, os decretos que acabam
259 sempre às vezes demorando pra vocês poderem executar. Então a gente sempre conversa pra que
260 tenha uma alocação correta dos recursos aonde serão executados. Então essas são as informações
261 que eu preciso. E eu sei que pela informação que a gente teve, como tem várias diretorias, cada
262 diretoria tem a sua responsabilidade, a sua gestão e que tem que passar pro orçamento. **João**
263 **Eduardo (Crefito8)** Existe um atraso nesse repasse de informações? Por parte da Sesa em relação
264 a qual direcionamento a verba deve ser direcionada pra ser executada? **Raquel (Sefa)** Foi solicitado
265 um aporte pra vocês colocarem agora em dois mil e vinte e dois, agora no início do mês, que seria
266 essa semana, foi solicitado trezentos milhões pra que você já pudessem fazer direcionamento e
267 execução, foi nos passado cento e noventa e oito milhões apenas e ainda que a partir da próxima,
268 que seria mais uns duzentos milhões, a gente também tá aguardando, só que esses duzentos
269 milhões ainda não foi repassado, não foi dado ok porque a gente tá aguardando, a gente só tem uma
270 estimativa de receita, a gente não tem a receita concreta. Dos trezentos milhões nós já temos a
271 receita concreta e aí a diferença é só uma expectativa. Então, só que se vocês já tiverem, é isso que
272 eu já passei, se tiver o planejamento, ah então esses duzentos milhões vai ser alocado aqui e aqui,
273 fica muito mais fácil, tanto pra Sefa quanto pra Sesa poder executar, agora não adianta eu passar, ó
274 tem a receita e ficar aguardando as diretorias e aguardando aonde vai ser alocado, que também há
275 demora e não demora da Sefa. E ainda que pelo, até o Abreu pode me ajudar, o índice é doze por
276 cento, nós temos que aportar recurso pra cumprir os doze por cento. O índice da Sesa está sete
277 ponto vinte e um, se eu não me engano, então, não é culpa da Sefa. **Fernando (CRP)** Nesse
278 sentido, a gente teve uma discussão de manhã, como exemplo né, o TFD, o tratamento fora de
279 domicílio, que precisaria de um incremento de valor, por exemplo, que a gente foi apresentado que o
280 valor é muito baixo das diárias que é feito nos tratamentos fora do Paraná. A gente poderia fazer o
281 indicativo, esse recurso precisaria de incremento, como que a gente faz essas solicitações de
282 incremento de acordo com determinadas áreas? **Raquel (Sefa)** Toda gestão dos recursos, quando é
283 dado o teto a gestão é feita pelo próprio Funsau de vocês que tem que resolver entre as diretorias,
284 quanto aos tetos, as indicações é toda feita pela diretoria. **Fernando (CRP)** Mas nós como
285 Conselho, a gente faz isso de que forma? **Rangel (Fehospar)** Daí o ideal é conhecer a real
286 demanda das necessidades pra apresentar. Mas eu acho que essa discussão, a princípio de aporte,
287 eu vejo muito em cima disso, das necessidades que as diretorias já tem, de demandas que já vem
288 vindo ao longo do tempo, é isso que a gente vê no histórico aí. Anos anteriores, ah viu lá questão de
289 queimados, fez um aporte pra aquela questão, entendeu? Então e assim vai. Podendo ser feito
290 dessa forma. Nada impede que dentro das comissões leve isso daí para a gestão, aqui é um espaço
291 de discussão, principalmente as comissões; sente essa necessidade dentro daquela comissão, olha
292 tem a questão do TFD a gente gostaria que olhasse melhor pra isso; daí nós temos que ir lá dentro
293 dessa discussão levar o que é concreto. A gente tem que ter o conhecimento, muitas vezes chamar
294 alguém pra falar do TFD, apresentar pra gente os números, vamos dizer assim, a gente apresentar
295 algumas necessidades que a gente tem na prática e depois devolver pra gestão, então, isso é o

296 trabalho das comissões. Foi pedido? Aí, tá vendo? E ali consegue levar assim. Aqui, com certeza a
297 gente consegue, é o espaço de a gente conseguir trabalhar isso. E, pode vir demandas também, nas
298 próprias instituições de fora, entendeu? De outro, igual, o Crefito. Se vocês tem esse conhecimento,
299 traga isso pra gente, entendeu? Paute. Daí nós vamos trabalhar, tá bom? **Eliel (Sindprevs)** Raquel,
300 eu to numa dúvida, inclusive um companheiro pediu para que eu fizesse esse questionamento para
301 com você e ver a possibilidade disso. Recentemente, o Brasil votou, a Câmara dos Deputados votou
302 o piso salarial dos enfermeiros, da enfermagem, já foi falado? Então desculpa. Vai lá. É isso. **José**
303 **Abreu (Sesa)** Eu vou colocar uma questão que talvez justifique parte disso que, da complementação
304 de recursos que não houve, na verdade nós temos um conjunto de situações esse ano que dificulta
305 um pouco o processo de definição de aplicação de recurso. Primeiro, nós estamos em ano eleitoral e
306 ano eleitoral há um conjunto de restrições legais que impedem por exemplo, eu acho que isso é uma
307 coisa que precisa ser revista pelos legisladores para a saúde, especificamente, que a gente não
308 possa criar um novo programa, um novo projeto atividade, que a gente tem que dar sequência aos
309 projetos que já foram aprovados, que estão em curso. Então, isto é uma dificuldade para a
310 Secretaria de Saúde, especialmente quando a gente tem um superavit de receita, como tem esse
311 ano e tem no próximo ano, como você falou, Raquel, uma posição conservadora, porque há um
312 cenário indefinido em relação à política nacional do que vai acontecer no próximo ano. Então, o que
313 acontece? As despesas que nós pretendemos fazer, elas não podem ser de caráter permanente,
314 certo? Porque o ano que vem nós não teríamos cobertura orçamentária pra dar conta dele dentro do
315 orçamento que tá dado. Eu sou servidor público a quarenta e dois anos e aí, né Olga, isso nos
316 aproxima, que ótimo que a gente pudesse corrigir, por exemplo, os salários, mas verdade essa era
317 uma proposta que não teria um acolhimento, vamos dizer, dentro da gestão, do governo, porque no
318 próximo ano a estimativa de receita pode ser, é outra, por aquilo que tá dada na lei orçamentária.
319 Então, há despesa sim, despesas regulares que estão previstas no plano estadual de saúde e que
320 serão aportadas. O que nós fizemos no primeiro momento? Pena que a Sandra não tá aqui. AS
321 áreas técnicas da Sesa, olhando os seus compromissos em relação às metas que estão pactuadas,
322 elas definiram de imediato aonde precisariam ter uma complementação de recursos que pudesse
323 permitir a elas a execução dos doze por cento mais essa receita, extraordinária, vamos dizer assim,
324 que tá dado, então, isso já existe. Agora, formas de gastar dentro de projetos atividades existem
325 várias e que precisam ser melhor discutidas na Sesa. Vou dar um exemplo pra vocês, que nós
326 poderíamos resolver isso pontualmente; o Ministério da Saúde fez isso conosco esse ano, nós
327 poderíamos, por exemplo, resolver, nós temos programações com prestadores e fazer correções
328 pontuais de valores de tabela, por exemplo. Há grandes pressões que o Estado tem porque hoje nós
329 já complementamos com recursos da fonte cem o teto do MAC, da média e alta complexidade, no
330 Estado do Paraná, com recursos da fonte cem. O Estado poderia definir, como já foi feito em anos
331 anteriores, que vai se pagar, vai se antecipar o pagamento deste, entre aspas, furo de caixa que
332 existe, por quê? Porque nós estamos todo mês adiantando recursos e com isso resolvendo
333 pendências em relação ao atendimento de média complexidade. Poderia pontualmente corrigir valor
334 de tabela pra procedimentos que estão hoje muito defasados, mas o ano que vem nós teríamos
335 dificuldade pra honrá-los dentro daquilo que tá estabelecido como teto pro ano que vem. Então, é um
336 desafio muito grande pra área que faz a gestão disso dentro da Sesa ter essa definição. Então, eu
337 acredito, porque conversei com doutor Nestor, que é o nosso diretor geral, que ele está fazendo um
338 estudo, inclusive aguardando uma projeção de receita extraordinária que ainda virá, que já há essa
339 sinalização, pra poder dentro dos projetos atividades em curso hoje, ver qual é a condição mais
340 favorável pra fazer esse investimento. Por exemplo, em anos anteriores, fora de ano eleitoral, nós
341 temos uma alternativa muito fácil de executar isso. Nós, por exemplo, poderíamos no repasse fundo
342 a fundo dar um valor extraordinário para os municípios a título de compensação das despesas Covid,
343 por exemplo, só que esse ano por ser ano eleitoral nós estamos impedidos disso. Então, é um
344 desafio, eu sei que a equipe do planejamento da diretoria geral estão envolvidas nisso, mas ela tem

10

345 essa complexidade que eu tentei colocar aqui, espero que tenha me feito claro em parte. Obrigado.
346 **Olga (Sindsaude)** Bom, acho que é importante a gente lembrar e, quem está nesse Conselho a
347 muito tempo sabe disso e nós temos reiteradas vezes feito projetos para capacitação desse
348 Conselho com relação a discussão da legislação e também do nosso papel enquanto controle social
349 sobre as políticas de saúde, inclusive a questão financeira e orçamentária. O artigo trinta da lei
350 complementar cento e quarenta e um de dois mil e doze é muito evidente, ela fala que os planos
351 plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias, as leis orçamentárias anuais, os planos de aplicação
352 de recurso dos fundos, das três esferas governamentais, serão elaboradas de modo a dar
353 cumprimento ao disposto nessa lei e o que essa lei diz? Que o conselho de saúde tem que deliberar
354 sobre essas diretrizes, então, não é uma questão técnica, é uma questão política e lega. A discussão
355 deste Conselho tem que acontecer, com subsídios e tempo hábil pra que a gente possa entender o
356 que o governo está pensando a respeito do orçamento para o ano que vem e discutir e deliberar
357 sobre ele, isto, por essa razão nós pedimos já pela segunda vez uma reunião extraordinária do
358 Conselho pra poder fazer com que essa discussão seja apresentada, os elementos sejam
359 apresentados, o Conselho faça o debate e delibere sobre isso. O que acontece é que o Executivo vai
360 direto pra Assembleia Legislativa e não passa aqui no Conselho Estadual, não passa e ele tem que
361 passar, tá na lei. Essa é a primeira anotação que eu acho que às vezes a gente tem tanta coisa pra
362 fazer na vida que esquece deste importante detalhe da lei cento e quarenta e um, que a duras penas
363 a gente aprovou no Congresso Nacional exatamente porque a participação da comunidade que tá
364 prevista na Constituição Federal, no Sistema Único de Saúde, é essa; é efetiva, é deliberativa,
365 embora não gostem alguns segmentos da sociedade brasileira não queiram que a população faça
366 esse controle social, mas ele está garantido. Então, foi por isso que a gente pediu essa discussão
367 aqui hoje, sabe Raquel? E acho que é importante colocar, porque você não estava aqui, mas o
368 técnico que veio falar conosco ele disse isso, não posso discutir alguns elementos porque não os
369 tenho ainda, o projeto não está fechado. Então, nós, marcamos o dia de hoje que ele disse que seria
370 apresentado no dia trinta na Assembleia Legislativa, já foi, já era, mas eu gostaria de deixar aqui um
371 apelo pra que na nossa pauta permanente, do Conselho Estadual de Saúde, no mês de agosto essa
372 discussão já aconteça e seja precedida de um seminário sobre orçamento público da saúde, pra que
373 conselheiros e conselheiras tenham capacidade e condições e tal pra poder fazer esse trabalho. A
374 outra coisa, com relação ao piso salarial da enfermagem, acho que é importante colocar que o piso
375 não tem esse impacto todo que estão colocando. Primeiro, fonte de recursos se discute para entes
376 públicos, União, estados e municípios. Setor privado, tem a lucratividade, não to falando dos
377 filantrópicos que ainda é um assunto a parte pra gente discutir e acho que não é hoje o momento,
378 mas já que foi levantado; o que o Congresso Nacional levantou foi que a repercussão do pagamento
379 desse piso seria dois vírgula sete por cento do PIB da saúde de dois mil e vinte. Congresso
380 Nacional. Não sou eu que to falando. Três ponto sessenta e cinco por cento do orçamento do
381 Ministério da Saúde também de dois mil e vinte e um acréscimo apenas de dois vírgula zero dois por
382 cento na massa salarial anual dos contratantes e destaca ainda o Congresso Nacional; no setor
383 privado, o aumento de despesa corresponde a apenas quatro vírgula oito por cento do faturamento
384 dos planos e seguros de saúde em dois mil e vinte. Então veja, é uma discussão, lógico, houve uma
385 solicitação do setor privado pra que fosse suspensa a lei, ganharam uma liminar, essa liminar
386 suspendeu pra fazer essa discussão e na verdade ela já está acontecendo no Congresso Nacional
387 desde fevereiro, nós temos ido constantemente à Brasília pra fazer essas discussões com o
388 Congresso Nacional e com o próprio Supremo Tribunal, estaremos indo novamente no dia cinco, pra
389 acelerar os projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional, mas o único setor desses
390 entes todos que tem condições de pagar imediatamente é o setor privado, porque ele já tem a sua
391 fonte, que é o seu lucro. Então acho que é isso que eu gostaria de colocar e que mais, sabe, só pra
392 lembrar também rapidamente aqui, que existe um dispositivo constitucional, que é o artigo trinta e
393 sete, sabe Abreu? Artigo trinta e sete da Constituição Federal, que diz assim, terá revisão geral

11

394 anual da remuneração dos servidores públicos e dos subsídios dos agentes públicos políticos. Então
395 assim, é constitucional recomposição salarial, esse governo não pode dizer que não sabia, mas nós
396 fomos na Assembleia Legislativa pra colocar pros deputados e pras deputadas desta necessidade da
397 inclusão dessa recomposição salarial que já chega numa defasagem de quarenta por cento e que o
398 governo não quis pagar. Não quis pagar e não quer pagar o anuênio e o quinquênio que foi liberado
399 no início deste ano. Não quer pagar. Então assim, é uma decisão de governo e esse governo não
400 quer. Então que fique bem evidenciado que é uma vontade política e não é uma questão de
401 impedimento de lei eleitoral, porque essa discussão a gente faz desde sempre, desde o início do ano
402 com o governo, a gente tenta né, porque esse governo foi o único que não quis negociar com os
403 servidores públicos. **Cid (Sindsaude)** Bom gente, só em relação ao orçamento, viu Abreu, na lógica
404 que você coloca, então o seguinte, todo gasto da Sesa teria que ser, não poderia entre ter mais
405 aumento as despesas permanentes e só as despesas temporárias e, não é isto. Há técnicas
406 eficientes e por isso que existe a LDO e a LOA, que é previsão, só que essa previsão exige uma
407 responsabilidade técnica que na minha opinião não está havendo na Sefa. Vou exemplificar, quanto
408 que está o teto orçamentário da Sesa para dois mil e vinte e três, o teto orçamentário é seis bi e
409 setecentos; teto orçamentário da Sesa. O último exercício que nós temos, fiscal, de gasto, é o dois
410 mil e vinte e um. Quanto que fechou a execução orçamentária da Sesa? Seis bi e novecentos. Dois
411 mil e vinte e um. Gente, o que estamos apresentando aqui é um orçamento de dois mil e vinte e três
412 menor que a execução orçamentária de dois mil e vinte e um, é possível isso? Evidente que não.
413 Então desculpe a minha empolgação quando eu te interrompi e falei que nós avisamos. Não foi dos
414 quinhentos que nós avisamos, nós comentamos e nós fazemos estimativas de quanto deveria ser e
415 tem que ser aproximado dessa execução, porque eu utilizo técnicas da secretaria de tesouro
416 internacional, não é da minha cabeça. A Sefa utiliza um modelo econométrico que nós já pedimos
417 aqui pra eles virem explicar e é a terceira reunião que eles não vem explicar o modelo econométrico
418 que eles aplicam, porque nós estamos preocupados é com a qualidade, nós não estamos aqui
419 brigando, nós queremos discutir a qualidade da execução orçamentária da Sesa e a Sefa vem
420 prejudicando isto. Eu sei que vocês técnicos não podem falar, mas vocês sabem como que é, o que
421 vocês sofrem na execução orçamentária da Sesa, vocês sofrem com isto e agora nós podemos falar.
422 Então veja, a LOA dois mil e vinte e três está vindo com uma proposta orçamentária menor do que a
423 execução de dois mil e vinte e um, de dois por cento. E eu to estimando aqui quanto que vai ser a
424 execução orçamentária de dois mil e vinte e dois. Nós estimamos. Nós estamos estimando que vai
425 variar sete e meio a sete vírgula seis. Eu peguei o sete vírgula seis aqui. Então, esta LOA que tá indo
426 lá de dois mil e vinte e três provavelmente virá doze por cento menor do que o provável executado
427 de dois mil e vinte e dois. Ta errado. Daí, vai vir aqui o ano que vem, vamos chegar o primeiro
428 quadrimestre suplementação orçamentária, vai vir no segundo semestre, suplementação
429 orçamentária que tá atrasada, que vai vim sempre atrasada como está este ano. Ah, daí outubro,
430 novembro e dezembro, pelo amor de Deus, gaste dinheiro, porque nós temos que cumprir os doze
431 por cento. Então, há política pública de qualidade da saúde no Paraná hoje não existe, existe cumprir
432 tabela. E, tem demandas reprimidas na saúde do Paraná. E, gente, as receitas, elas tem
433 crescimento natural que é o PIB e a inflação do país, essa é a recomendação da Secretaria de
434 Tesouro Nacional, por isto Abreu que dá sim pra assumir despesas continuadas. É evidente que no
435 momento específico pode ocorrer uma situação que esse normal não é normal, é o anormal. Foi no
436 período da Covid, por exemplo. Mas quando que acontece essa catástrofe? Aconteceu em mil
437 novecentos e dezessete. Aconteceu em dois mil e vinte. Então, assim, há um crescimento **(F2)**
438 prevista e indicada pela Secretaria de Tesouro Nacional. Se a gente não aplicar as previsões
439 adequadas de receita, vai acontecer o que já aconteceu no governo Ratinho, um dos estados que
440 menos aplicou, aumentou investimento, não é aplicou, não é o montante, mas foi um dos estados, já
441 apresentei isso também, apresentei nas duas últimas reunião, um dos estados que menos aumentou
442 investimento em saúde no Brasil, ficou na vigésima quarta posição, se eu não me engano, vigésima

12

443 terceira; que nós fizemos o levantamento com base no Siconvi, que é um órgão lá da Secretaria de
444 Tesouro Nacional, que a gente só trabalha com dados oficiais. Então, quando a gente traz essa
445 indignação aqui, é porque a coisa não tá certa, como que se apresenta um orçamento dois mil e
446 vinte e três menor do que a execução de dois mil e vinte e um, gente, uma regressão desta; sendo
447 que a despesa da saúde está vinculada ao crescimento da receita. Por isso que agora, o que
448 aconteceu esse ano? A receita cresceu treze por cento, pode até ser que ela caia um pouquinho por
449 causa do ICMS dos combustíveis aí e tal, mas deve ficar num patamar de dez a doze, que eu estimo
450 e a despesa empenhada cresceu quatro e meio. E por isso que eu peguei o percentual do gasto do
451 segundo quadrimestre, acumulado até o segundo quadrimestre, até o segundo quadrimestre do ano
452 passado e nós estamos com quinhentos milhões atrasados, de gasto, sem contar ainda o que virá no
453 terceiro quadrimestre. Este é o problema. E volto a frisar, temos uma nova dinâmica na questão da
454 despesa aqui do Funsaude, que é aquela que eu comentei, o desembarque que aconteceu neste
455 ano, Covid que tá caindo e vai continuar caindo, assim esperamos e desejamos e, o aporte do TAC,
456 sabe? Não fecha. Nós vamos ficar aqui discutindo os relatórios e os números sem olhar, sem discutir
457 a parte essencial que é como vamos nos apropriar daquilo que é do Funsaude, que são os recursos,
458 mas pra gastar bem, pra gastar planejado, pra ser orçado já e não ficar inventando despesa no final
459 do ano. Mario, você falou, tá tudo previsto lá, os projeto atividades. Sim, mas está subestimado, daí
460 tem que aportar naqueles projeto atividade pra dar conta do percentual. É isso, gente. **Irene (CUT)**
461 Eu pedi licença aqui pra eu pegar a minha cola. É interessante, porque a gente erra uma vez aí a
462 gente aprende. O ano passado, quando a gente foi discutir orçamento, eu fui induzida ao erro porque
463 me disseram que não compete ao Conselho aprovar a proposta orçamentária aqui, isso é coisa de
464 gestão. Aí fiquei muito chateada, fui estudar um pouquinho mais, relembrar aquilo que a gente já
465 devia estar na ponta da língua. A lei oitenta oitenta, oitenta, a lei oitenta e oito noventa de mil
466 novecentos e noventa, no artigo trinta e seis diz o seguinte, que cabe ao controle social da saúde
467 aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e as prioridades
468 estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias do processo de planejamento e orçamentação
469 ascendentes. Também cabe ao Conselho atuar na formulação e no controle da execução da política
470 de saúde, inclusive seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para sua aplicação.
471 Por que eu to lendo a lei aqui? Porque na reunião do mês passado, desculpem, foi nos dito que nós
472 faríamos esta reunião extraordinária antes de ir pra Assembleia a proposta. Hoje nós somos
473 surpreendidos que foi apresentado lá a mesma proposta que teve aqui, então nós estamos aqui
474 fazendo o quê? Se já tá lá, o debate é lá, é isso que eu entendi? Ou eu to entendendo errado?
475 Segunda coisa, eu vou dizer uma coisa assim com todo carinho pros conselheiros, nós precisamos
476 ter a coragem que o Conselho Nacional teve quando reprovou a prestação de contas do governo
477 federal. Nós temos que ter a coragem de reprovou esta LOA dois mil e vinte e três, especialmente
478 porque vocês sabem, a Central Única dos Trabalhadores é uma organização e nós temos assessoria
479 também. Hoje, está aqui o Cid assessorando o Sindsaude, mas a CUT tem o assessoramento do
480 Dieese, que é uma instituição respeitada, muito respeitada no Brasil inteiro, que a gente poderia ter
481 trazido aqui também pra trazer a mesma análise que o Cid tem. Ou seja, eu não sou especialista em
482 contabilidade, nem orçamento, nem administração pública, mas eu sou conselheira e tenho que
483 estudar, eu tenho que saber onde é que eu to, eu tenho uma responsabilidade conforme a lei um
484 quatro um, a lei federal fala que nós conselheiros temos uma responsabilidade e claro, pela
485 oportunidade que tenho da instituição que represento, tenho oportunidade de ter acesso a
486 assessorias, sei que nem todos aqui terão, mas a gente é solidário, a gente traz aqui, a Olga traz
487 aqui assessoria do Sindsaude, posso trazer aqui a da CUT também a qualquer momento para que
488 todos tenham oportunidade de ouvir especialistas não vinculados ao governo, pra que a gente possa
489 debater e deliberar sobre o orçamento público porque nós não somos obrigados a saber. Então
490 diante disso, considerando a análise técnica do Cid, considerando aquilo que já estudei também, é
491 fundamental pra mim que este Conselho registre uma negativa a essa proposta que abre espaço

13

492 para; não se trata, não estou aqui falando que o governo fará desvio de dinheiro ou qualquer coisa
493 assim. Não é disso que estou falando. Mais do que aplicar doze por cento do orçamento, é aplicar
494 doze por cento naquilo que realmente é necessário. A gente não pode dizer que um determinado
495 setor vai eleger prioridades para que no final do exercício fiscal se invista aquilo que não investiu o
496 ano inteiro. Não. Nós queremos um planejamento para que tudo que seja necessário seja investido
497 de janeiro a dezembro de cada ano. Muito obrigada. **José Abreu (Sesa)** Quando na comissão de
498 orçamento nós propusemos que essa discussão fosse um tema permanente, isso foi aceito
499 unanimamente, não foi só porque por conta dessa situação que nós estamos vivendo pontualmente.
500 Ela é muito mais ampla. Todos nós sabemos que a questão do financiamento do SUS, é um tema
501 sempre controverso e polêmico, porque é tripartite, porque nós precisamos buscar novas formas pra
502 fazer o planejamento e desde dois mil e dezoito a gente tem tentado buscar uma forma mais nova de
503 fazer o planejamento em saúde pra atender parte do que foi dito aqui. Uma delas era instituir no
504 Paraná o chamado planejamento regionalizado integrado, em que a gente ia e essa é a proposta,
505 com essa proposição do PRI, do planejamento regionalizado integrado, romper com aquilo que
506 sempre foi a nossa âncora no modelo que a gente sempre criticou, que era trabalhar o conceito não
507 de necessidade da população, mas isso sim de oferta, de oferta de serviço existente e de
508 disponibilidade orçamentária, historicamente foi isso, nos deram um recurso, a gente gastava, muitas
509 vezes nós éramos acusado de gastar mal, de não gastar de forma adequada, por quê? Porque aí
510 nós temos que reconhecer, nós precisávamos ter uma coisa anterior, que era um planejamento
511 construído com base nas necessidades efetivas da população. Esse movimento começou em dois
512 mil e dezoito, é uma discussão que se arrasta no país desde dois mil e doze e não é um privilégio ou
513 uma tragédia do Paraná, é um problema da construção do próprio Sistema Único de Saúde e nós
514 tivemos, infelizmente, o período da pandemia que impediu que a gente concluísse esse processo
515 mas ele ainda está vivo aqui no Paraná, no planejamento regionalizado integrado e que nós não
516 estamos mais olhando, sabe Raquel, apenas a disponibilidade do recurso, nós estamos olhando pra
517 necessidade da população e ela é infinitamente maior, tem razão aqui, nós temos necessidade de
518 ampliação de serviços e obviamente que nós estamos fazendo isso olhando numa perspectiva de ter
519 um financiamento tripartite, não só da fonte cem do Estado. Então, esse movimento, o Paraná está
520 na vanguarda no Brasil inteiro, nos vinte e sete estados brasileiros o único Estado que tem um
521 consolidado de um diagnóstico de necessidade da saúde da população é o Paraná. E, nós vamos
522 dar sequência, tivemos uma série de intercorrências, a pandemia ainda está viva, nos atrapalhando,
523 mas nós já tivemos junto com os municípios e estamos trabalhando isso, pra quê? Pra que a gente
524 tenha um projeto claro, em que essas discussões que nós estamos tendo hoje de, vamos dizer
525 assim, de ter que definir emergencialmente onde vai se aplicar recursos, é não, é ter um
526 planejamento que vai prever as ações com caráter mais de permanência. Então, o que eu acho que
527 se a gente continuar aqui, nós não conseguiremos muito sair dessas situações, porque essa é uma
528 constatação que todo mundo aqui falou um pouco de verdade, ninguém não disse coisas que não
529 tenham razão, então eu proponho, presidente, assim até pra um encaminhamento nosso, de que ao
530 contrário do que propõe a nossa colega, que talvez, deste Conselho rejeitar a Ploa, a gente trabalhe
531 nessa perspectiva de aperfeiçoar esse projeto de lei orçamentária mais uma vez. Acho isso mesmo,
532 que nós que estamos a muito tempo no movimento sanitário já discutimos isso muitas vezes, mas
533 acho que nós vamos ter ao lado dessa discussão um instrumento novo, uma ferramenta nova pra
534 gente poder aperfeiçoar esse projeto de lei orçamentária no próximo ano, que é a conclusão dos
535 trabalhos do PRI, nós não vamos concluir ele de imediato mas ele trará as necessidades e a gente
536 vai dizer, olha nesse conjunto que tem aqui nós poderemos financiar tanto, isso é contrapartida do
537 recurso do Estado, isso é do município, isso é do governo federal e nós temos que pactuar isso de
538 forma coletiva. Então eu proponho, presidente, que assim, a gente, primeiro, reconheça que os
539 tempos que nós tivemos aqui acabaram gerando essa dificuldade, de que essas situações em que a
540 Secretaria do Planejamento, na verdade, não é que se submeteu, ela seguiu uma diretriz

14

541 estabelecida dentro do governo de correção da proposta orçamentária e que em função disso a
542 Secretaria de Saúde fez um planejamento, mas que a gente mantenha viva no Conselho essa
543 discussão de que frente a esse superavits orçamentários, que a gente possa ter a oportunidade aqui
544 de discutir aonde é a melhor alocação desse recurso e dar sequência, porque hoje, dentro dos
545 prazos regimentais que a gente teria, eu não quero dizer que é inócua uma decisão nossa de
546 reprovar a proposta de lei orçamentária, mas nesse sentido, o que eu quero dizer é que quem tem o
547 dever, é o Executivo que manda pro Legislativo, mas quem aprova a lei orçamentária anual é o
548 Legislativo, é a Assembleia. Então, o que a gente pode fazer? Ou é discutir isso com as lideranças
549 políticas que os representam lá na Assembleia, pra que possam discutir isto mas não dizer, olha nós
550 vamos fazer um voto de protesto aqui, não sei se é essa a palavra adequada. Nós não vamos
551 reprovar, mas aí seremos vencidos. Então eu prefiro aproveitar esse momento e ser propositivo.
552 Trazer essa discussão pra cá permanentemente, com os colegas da Secretaria da Fazenda, os
553 argumentos que o Cid trouxe são concretos, são importantes, que a gente talvez precisa discutir
554 mais e com a Receita também. E acho que essa comissão de orçamento passa a ter um papel muito
555 importante na sequência desses trabalhos. É isso. **Sandra (NGE/Sesa)** Até pra falar um pouquinho
556 da questão, a frase que a Irene leu, o artigo que a Irene leu ali. Porque assim, tem a agenda mínima
557 do Conselho e não é a primeira vez que vem essa discussão pro Pleno de que o Conselho aprova a
558 Ploa, aprova LDO, na verdade esses instrumentos o Conselho não aprova ou desaprova. O que o
559 Conselho aprova ou desaprova e nessa frase que a Irene leu, é a programação anual de saúde que
560 na programação anual de saúde tem o orçamento, entendeu? Então vem, submete à aprovação da
561 PAS. Tanto na agenda mínima do Conselho esse tema não vem pra deliberar, ele vem pra ser
562 apreciado pelo Conselho, claro que tanto a gente tá aqui numa reunião extraordinária pra discutir e é
563 aberto pra discussão sim, mas não é submetido à aprovação do Conselho. Aprovação do Conselho é
564 a programação anual de saúde que consta o orçamento também, inclusive por subfunção
565 orçamentária vinculada a cada meta. **Eliel (Sindprevs)** Eu estou aqui e fiquei atentamente **Rangel**
566 **(Fehospar)** Conselheiras, conselheiros, vamos só dar atenção pro Eliel, por favor. **Eliel (Sindprevs)**
567 Não é dar atenção pra mim, presidente, é ouvir mesmo, que isso aqui nós estamos numa discussão
568 que cada um de nós temos a responsabilidade nesse momento aqui, que esse momento aqui nós
569 que representamos a sociedade do Paraná e nós temos responsabilidade nesse momento aqui de
570 saber qual que vai ser a nossa decisão aqui dentro. Eu queria; então assim, eu acho que tenho
571 ouvido atentamente; ouvi o Cid, ouvi Olga, ouvi Irene, ouvi o companheiro da gestão Abreu. Quero
572 dizer uma coisa pra todos nós aqui, primeiramente dizer que nós estamos no lugar certo, na hora
573 certa, no momento certo, fazendo essa discussão. Esse Conselho tem que estar fazendo essa
574 discussão e eu concordo plenamente, Olga, concordo plenamente com a fala do Abreu na questão
575 de que nós temos que fazer essa discussão permanente. Ela tem que ser permanente. Agora, nós
576 temos que ter alguma organização entre nós, uma articulação entre nós porque daí tá muito claro pra
577 nós que quem decide e define a LOA não somos nós, nem o governo, é a Assembleia Legislativa e
578 aí nós tem que ter claro o seguinte, nós temos que ter claro o seguinte Olga, você falou, eu ouvi, não
579 fiz questionamento, por favor, eu to falando você pega o microfone, se inscreva na Mesa e faça sua
580 argumentação pra todo mundo ouvir, não é só pra mim não. Então assim, eu queria deixar isso
581 registrado aqui o seguinte, quem tem que definir essa questão da LOA é Assembleia Legislativa.
582 Agora eu gostei do encaminhamento dado pelo Abreu, que eu quero aqui, aliás nós já discutimos
583 isso aqui dentro, de que nós temos que fazer essa articulação inclusive com as liderança da
584 Assembleia. Então assim, acho que nós temos que fazer mesmo, presidente **Rangel (Fehospar)** Lá
585 tem a comissão de saúde, já foi proposta essa questão **Eliel (Sindprevs)** Já foi proposta entre nós
586 mesmo. Então eu só to aqui revivendo porque Abreu lembrou. Então nós temos que começar a fazer
587 isso, porque uma coisa que me assustou, presidente, e aí, só tem uma coisa que tá me deixando um
588 pouco triste nessa questão, indignado, na fala do Cid da questão dos valores. Diminuiu os valores,
589 pô. Sabe? Diminuiu os valores, Raquel. E se tá diminuindo os valores, a tendência do Paraná é o

15

590 crescimento da nossa população, é as pessoas envelhecendo mais, com certeza nós vamos precisar
591 de mais recursos pra suprir a necessidade de cada paranaense e aí não dá pra ficar cortando, acho
592 que o valor a gente não pode mexer. Eu não sei qual encaminhamento dado, mas quero aqui, se nós
593 tivermos, presidente, a organização e a articulação de fazermos essa conversa, essa interlocução,
594 com Assembleia Legislativa, já tá na hora de fazer isso porque eu acho que nós temos que registrar
595 a posição do Conselho senão toda vez vem fazer a discussão aqui, fazemos a discussão, quem
596 define é Assembleia e nós ficamos aqui que nem a companheira Irene falou, com cara de tacho
597 porque a discussão foi só feita e não tivemos, sabe? Nada em cima disso que nós discutimos aqui,
598 então nós temos que começar a agir enquanto controle social e uma das questões que nós temos
599 que fazer é essa de articular com o Legislativo, com oposição, fazer com oposição, fazer com a
600 situação e discutir com eles porque é interesse do Estado e eles também são representante do
601 Estado e tem responsabilidade nisso também. Eu queria registrar isso. **Rangel (Fehospar)** Mais
602 alguém? Não? Então, vamos. Oi, tudo bem, Sandra? Boa tarde. Tudo bom? Doutor Vinicius também,
603 demais que nós não cumprimentamos. Mais alguém? Não? Tudo certo? Tranquilo? Então tá bom.
604 Bom, então acho que já foi discutido, apresentado, acho que acredito que possamos aí avançar
605 principalmente junto com a comissão de orçamento. Abreu, em relação a essa proposta sua, já tinha
606 sido discutido na última reunião, o trabalho da comissão de orçamento, até vindo daquela questão da
607 receita, então tem “n” situações que traz pra que possamos fazer melhorias. Essa aproximação com
608 a questão do projeto do PRI, isso realmente acho que fundamenta muito aí pro projeto do ano que
609 vem, da LOA, certo? É isso, acho que esse é o papel dos conselheiros, o papel das comissões, por
610 isso que eu falo, às vezes as comissões a gente nós vamos lá, não desmerecendo algumas pautas,
611 mas a gente perde tempo discutindo coisa que não vai levar a lugar nenhum e isso sim vai levar e
612 acho que todos estão abertos, quem vai ser contra um projeto que traga o bem pra população do
613 Paraná? Acho muito difícil, não é verdade? A gente tá vendo aqui que tem recurso, muitas vezes,
614 chega no final do ano tem recurso. Então a princípio começa com falta de dinheiro, chega no final
615 tem sobra, então, se nós tivermos aí imbuídos nessa questão, acho que conseguimos avançar muito
616 com a saúde pública do nosso Estado e principalmente pra aqueles que mais precisam, tá bom? Eu
617 acredito que aquela questão da aprovação realmente está vencida, é a apresentação. Pode
618 protestar, conselheira. **Irene (CUT)** Protesto, Mesa **Rangel (Fehospar)** Eu to falando, na hora que
619 você pediu a palavra eu dou daí **Irene (CUT)** Eu estou pedindo a palavra. **Rangel (Fehospar)** Não,
620 então você espera. Eu termino de falar e abro a palavra pra você, tá? Acho que nós estamos
621 levando uma reunião aqui muito salutar. Muito salutar. E que vai realmente trazer bons frutos pra
622 todos nós. E colocamos, não tem problema nenhum, a gente colocar em apreciação sua proposta,
623 sem problemas, o plenário define, não tem problema não, tá bom? Então, tem a proposta da
624 conselheira Irene de rejeição da Ploa. Então, colocamos então em votação, processo de votação, a
625 proposta da conselheira Irene de rejeição da Ploa. Quem é favorável à rejeição, se manifeste. Quem
626 é contrário, mantenha como está. Os favoráveis à rejeição se manifeste, processo de votação **(F3)**
627 Pode contar. **Ediana (Secretaria Executiva)** Dois. Mais alguém? Dois. **Rangel (Fehospar)** Dois
628 votos favoráveis à rejeição. Contrários à rejeição, por favor se manifeste. **Ediana (Secretaria**
629 **Executiva)** Vinte e dois. **Rangel (Fehospar)** Vinte e dois então. Abstenções? **Ediana (Secretaria**
630 **Executiva)** Quatro. **Rangel (Fehospar)** Quatro. Então, mesmo não sendo necessário, o Conselho
631 Estadual de Saúde do Paraná aprova a Ploa, projeto de lei orçamentário anual dois mil e vinte e três,
632 e assim foi deliberado. Declaração de voto, conselheira Irene. **Irene (CUT)** A CUT Paraná declara
633 que votou contra a proposta orçamentária para dois mil e vinte e três considerando, primeiro, um
634 orçamento a menor do que em dois mil e vinte e dois. Segundo, considerando o desrespeito da
635 gestão da saúde do Estado do Paraná, que não cumpriu o acordado com este Conselho, que era de
636 fazermos o debate hoje, antes da apresentação na Assembleia Legislativa, o que não ocorreu. Por
637 isso e por entender que o Paraná precisa ter um orçamento da saúde que considere as
638 possibilidades de receitas também, assim como é orientado nacionalmente a metodologia diferente

16

639 do que o Estado tá usando, a CUT Paraná vota contrário. **Olga (Sindsaude)** Também é declaração
640 de voto do Sindsaude Paraná. Pelas razões já colocadas anteriormente e também que esse projeto
641 dois mil e vinte e três ele não passou e é necessário sim que passe, tem aí a lei oitenta oitenta, lei
642 oito cento e quarenta e um, a lei complementar, que determina que o conselho de saúde tem que
643 fazer a definição e deliberar sobre essas diretrizes, porque o governo do Estado do Paraná de novo
644 colocou pra dois mil e vinte e três um orçamento menor do que foi executado em dois mil e vinte e
645 um, que é um absurdo, por todo superavit que tem o Estado do Paraná e provavelmente também
646 com dois mil e vinte e dois assim que terminar o período. Então, o Sindsaude Paraná vota contra
647 esse projeto de lei orçamentária anual. **Palmira (Defipar)** Eu declaro que o meu voto foi uma
648 abstenção de voto considerando que essa votação fez-se desnecessária considerando que esse
649 projeto não veio pra esse Conselho, quer dizer, não haveria necessidade de vim pra esse projeto
650 considerando que já tá na Alep. Nós passamos uma tarde toda discutindo uma coisa que nós
651 estamos aqui gastando dinheiro público numa coisa que já tá na Alep. Nós só discutimos,
652 discutimos, discutimos. Nós ouvimos um monte de coisa. Falamos um monte de coisa. Perdemos
653 algum tempo precioso. Gastamos dinheiro público. **Rangel (Fehospar)** Pessoal. Só um minutinho,
654 Palmira. **Palmira (Defipar)** Não tem problema, ficando gravado **Rangel (Fehospar)** Pessoal, vamos
655 respeitar. **Palmira (Defipar)** não tem problema. Ficando gravado não tem problema, Rangel. A
656 minha declaração de voto é pra posteridade, não é pros conselheiros. Então, em relação a isso,
657 que gastamos dinheiro público, perdemos nosso tempo pra uma discussão que já foi encaminhado
658 pra Assembleia. E, que das próxima vezes isso não ocorra, porque quando foi solicitado que tivesse
659 essa reunião extraordinária, era pra se discutir e tendo a oportunidade pra você votar favorável ou
660 não, por isso que eu me abstive, votar em quê? Uma coisa que não existe. Pra nós não existe.
661 **Rangel (Fehospar)** João, na verdade. Só um minutinho, João. É complemento da Palmira ou não?
662 Não, então eu preciso abrir a palavra pra, tem o João Eduardo, o Eliel, depois você. **João Eduardo**
663 **(Crefito8)** Só pra eu fazer uma linha de raciocínio, nós acabamos de votar a rejeição da proposta
664 feita pela conselheira **Rangel (Fehospar)** João, por favor, deixa o João Eduardo. Você nem sabe se
665 ele vai concluir dessa forma. **João Eduardo (Crefito8)** Após o momento de empolgação do colega.
666 Então, nós acabamos de votar rejeição da proposta feita pela conselheira e nós aqui enquanto
667 Crefito, nós entendemos que isso não é a pura e simples aprovação da Ploa. Até porque a proposta
668 feita pelo conselheiro Abreu não foi de pura e simplesmente aprová-la, foi de aprová-la com uma
669 restrição de se fazer todo um trabalho. Então assim, eu acho que a gente precisa, Mesa, é pra fins
670 de registro, que se a aprovação vier a acontecer, ela seja condicionada à colocação feita pelo
671 conselheiro Abreu. **José Abreu (Sesa)** A complementação seria, presidente, de que seja pauta
672 permanente na comissão de orçamento, as discussões, como já é inclusive. **Eliel (Sindprevs)** Acho
673 que o João, Crefito, foi feliz na fala. Eu tinha um pouco da fala que ele fez. Então assim, quero só
674 dizer o seguinte, eu também me abstive por conta de que uma das questões que eu concordo é que
675 a discussão tinha que ter vindo pra cá antes de ir pra Assembleia e não veio, sabe? E aí nós temos
676 que discordar, não dá pra gente concordar com isso, mesmo sabendo que nós não temos poderes
677 de votação, nem de veto aqui, em cima desse ponto. Mas nós tínhamos que ter discutido antes de
678 ter ido pra Assembleia, então por isso que o Sindprevs Paraná se absteve e dizer aqui, além da
679 discussão permanente, as próximas vezes, se eu não estiver aqui, com certeza a minha entidade
680 estará e a discussão que nós temos que fazer na próxima discussão da LOA, meu caro João, é que
681 essa discussão nós temos que travar com os deputados estaduais desse estado, seja ele já disse e
682 quero repetir, seja ele situação ou não; nós temos que discutir com eles, porque é através deles, é aí
683 que acho, presidente, falou uma questão aí, é o seguinte, eles tem que entender que essa é uma
684 decisão que vai afetar diretamente a vida dos paranaenses e aí esse Conselho, enquanto controle
685 social tem uma responsabilidade em cima disso, por isso que eu acho que nas próximas vezes a
686 gente tem que avançar. Foi, porque assim, não adianta, nós fazemos essa discussão aqui,
687 desgastamos entre nós e depois nós temos que acatar uma decisão que a Assembleia vai tomar e

17

688 nós já sabemos qual é. Então, a discussão tem que ser feito com a Assembleia, com membros
689 desse Conselho e quem sabe a gente não avança nessa discussão e nós vamos parar de ficar
690 discutindo isso aqui, vamos discutir diretamente com quem realmente tem o poder de veto ou não,
691 que é a Assembleia Legislativa do Estado. **Rangel (Fehospar)** Eu só vou abrir a palavra pra Raquel
692 pra ela explicar uma situação. **Raquel (Sefa)** O entendimento que vocês estão tendo, que a LOA já
693 foi pra Alep. A Ploa foi apresentada em audiência pública pra Alep, ela ainda está na Sefa pras
694 revisões e considerações finais, ela ainda não foi pra Alep. Então, apresentação sim foi feita **Rangel**
695 **(Fehospar)** Ela não foi aprovada pela Alep, né? Ela foi apresentada, mas não aprovada. **Raquel**
696 **(Sefa)** Não, nem foi ainda pras considerações. Trinta de setembro. **Rangel (Fehospar)** Só um
697 pouquinho Cid, só o João tá, o João Maria, daí depois o Cid. **João Maria (Assef)** Alô? Ficou verde
698 mas não fala, é a pilha de novo. **Rangel (Fehospar)** Ô João, o que aconteceu? Cortaram você aí?
699 **João Maria (Assef)** Cortaram. Mesmo com a sua bondade, cortaram. Na realidade, Rangel, o que
700 eu entendi aqui, que na sua votação, não era votação do projeto em si, mas seria a questão que a
701 Irene tinha colocado da proposta dela da rejeição e inserir a proposta do senhor Abreu, que nem o
702 Eliel defendeu, numa análise mais profunda por esse Conselho. Na realidade foi essa a votação,
703 porque que nem a própria colega explanou, nós não estaríamos votando a proposta que se encontra
704 lá na Assembleia. É isso que eu entendi, por isso que eu falei que, do certo que tava a votação seria
705 desnecessária, que nem a própria colega colocou. **Cid (Sindsaude)** Só um esclarecimento, em
706 relação as dúvidas que o Eliel levantou. A LOA do Estado, quem vota é a Assembleia Legislativa,
707 sem dúvida alguma, porque lá trata da segurança pública, da saúde, da educação e tal. Então isso é
708 uma coisa, isso é com os deputados de fato, mas o que nós estamos falando aqui é da proposta da
709 lei orçamentária da saúde, daí isso é competência é do Conselho e não é do plano de saúde
710 inclusive, porque a lei é muito clara, diz que a; da proposta orçamentária da saúde, então essa é a
711 distinção. A LOA do Estado quem aprova é os deputados, agora a LOA da saúde tem que passar
712 pelo Conselho. **Fabio (CRF)** Pessoal, mais alguém tá inscrito? Ou não? Não? Ok, então, pessoal.
713 Não tem mais nenhuma proposição? Então o que fica acordado é que vai ser pauta permanente na
714 comissão de orçamento e continuaremos discutindo pras próximas. Sim, já foi acordado, né? Já foi
715 pedido. **Olga (Sindsaude)** Desculpe, Fabio. Mas assim, a proposta foi que isso, essa discussão da
716 Ploa acontecesse quando, já no mês anterior da apresentação dela, precedida de um seminário para
717 os conselheiros e conselheiras, pra que as pessoas possam ter condições de fazer a leitura,
718 entender, porque é uma linguagem cifrada, cheia de rubricas e tudo mais e que deve ser decifrada
719 nesse seminário que antecede a discussão no mês anterior à apresentação do projeto na
720 Assembleia Legislativa pelo Governo do Estado. Quem faz o projeto é o Governo do Estado. É isso.
721 Obrigada. **Fabio (CRF)** Entendi, Olga. Então assim, mas isso pode ser, continuar trabalhando dentro
722 da comissão de orçamento, a própria comissão depois pode fazer essas proposições, não é? Não,
723 sim, eu vi. Você já quer aprovar com o seminário? **Olga (Sindsaude)** A proposta é aprovada aqui no
724 Conselho, para os conselheiros. Não fica fechada lá na comissão de orçamento, sabe? **Fabio (CRF)**
725 Não, sim. Mas o orçamento, que vai fazer a indicação, aí faz pra todos os conselheiros, não só
726 dentro de orçamento fechado **Olga (Sindsaude)** Isso, é pra todo mundo. **Fabio (CRF)** Sim, isso, a
727 comissão depois elabora esse seminário, tudo, mas pra todos conselheiros. Sem problema. **Olga**
728 **(Sindsaude)** isso. Exatamente. Obrigada. **Fabio (CRF)** Obrigado você, Olga. Ok então, conselheiros
729 e conselheiras? Estamos acordados? Então não tendo mais assuntos, nem indicações, encerramos
730 a reunião extraordinária. Ok? Obrigado a todos pela presença e até amanhã.
731 O áudio desta reunião está disponível para consulta na Secretaria Executiva do Conselho Estadual
732 de Saúde do Paraná – CES/PR, bem como as apresentações feitas nesta reunião estão
733 disponibilizadas no site do CES/PR (www.conselho.saude.pr.gov.br).